

SINDICALISMO E AÇÃO PATRONAL NOS ANOS 90*

*Antonio David Cattani***

Este artigo procura analisar sinteticamente as relações do movimento sindical urbano com o patronato gaúcho, buscando apontar algumas perspectivas para o desenvolvimento dessas relações nos anos 90.

Inicialmente, cabe lembrarmos alguns elementos estruturais que balizam o desenvolvimento econômico e o padrão de relações trabalhistas. Apesar do caráter de obviedade que tem esse registro, é necessário fazê-lo para explicitar os fundamentos das análises sobre os aspectos conjunturais considerados. Estamos nos referindo ao caráter excludente e concentrador do padrão de crescimento econômico brasileiro, padrão este reforçado pela intervenção do Estado e que resultou no que exprime o conceito-síntese de "capitalismo protegido" (Cattani, 1990). O "capitalismo protegido" foi a forma específica de a burguesia brasileira assegurar seus privilégios e sua hegemonia sem os riscos que a economia liberal e concorrencial poderia acarretar. Lucros garantidos, privilégios crescentes para grupos restritos, obtidos graças à tutela do Estado. Essa é a história do capitalismo brasileiro. Os últimos relatórios do Banco Mundial ou a última PNAD atualizam as informações sobre o resultado dessa forma de crescimento. O Brasil aparece como o campeão mundial das injustiças e das desigualdades sociais e econômicas.

Embora estejamos habituados a encontrar esses dados e, sobretudo, a ver sua expressão real na miséria humana que se avoluma nas nossas cidades, existe um processo ideológico que tende a negar a responsabilidade dos agentes responsáveis por tal situação. Especialmente quando se trata de referir-se a segmentos empresariais específicos, no caso o patronato local. É necessário, pois, destacar a obviedade de que eles reproduzem fielmente o comportamento dominante, qual seja, de produtor das maiores desigualdades do Planeta e predador da força de trabalho. Sustentamos que, face à barbárie generalizada que prevalece nas relações sociais de produção, as eventuais especificidades regio-

* Artigo elaborado em novembro de 1990.

** Professor da UFGS/IFCH e Coordenador do Centro de Documentação do Sindicalismo do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

nais são secundárias. Elas são referidas aqui para não ficarmos num nível de abstração que poucos elementos acrescentaria ao que já é por demais conhecido.¹

Ação patronal

Existem estudos que analisam com rigor o comportamento patronal em períodos cruciais da história do Rio Grande do Sul (Pesavento, 1988; Gros, 1987; Jornada, 1989). Seria surpreendente que esses trabalhos apresentassem outras conclusões que não aquelas que confirmam o conservadorismo e o autoritarismo do empresariado gaúcho. Seja nas suas relações com o Governo no que tange à política econômica, seja especialmente nas questões salariais e nas relações de trabalho, os empresários confirmam suas mediócras e limitadas posições de classe.

Ainda não foram publicados estudos equivalentes sobre a década de 80 e o ano de 1990. Mas, neste último período, o comportamento empresarial segue os sulcos da trilha formada nos períodos anteriores: basicamente, o apelo à intervenção do Estado para conduzir investimentos e reprimir manifestações operárias e, sobretudo, para assegurar privilégios específicos. A mobilização capitaneada pela FIERGS para pressionar os constituintes no sentido de barrar os avanços sociais que seriam votados em 1988 projetou nacionalmente o empresariado gaúcho como ferrenhos adversários de um "Welfare State" mesmo incipiente. Mesmo sem a tutela militar, o rigor e, por vezes, a truculência no que tange às relações capital/trabalho não foram amenizadas. A aversão à ação sindical continuou se manifestando em todo o período, e não há indícios de mudanças substanciais. Essas afirmações podem ser comprovadas com um estudo sobre os processos julgados ou em julgamento no Tribunal Regional do Trabalho sobre demissões de dirigentes e lideranças sindicais — só o Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (SINPRO-RS) registra vários casos. As situações de constrangimentos por que passam os sindicalistas quando retornam ao trabalho são também extremamente freqüentes — casos no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Pólo Petroquímico de Triunfo (SINDIPÓLO) e no Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação são exemplos recentes).

¹ Ver por exemplo, Bacha & Klein (1986); **Relatório sobre a situação social do País 1987/1989** (1988/1990).

A adoção de novas formas de organização do processo de trabalho e de gestão da força de trabalho é apontada como um indicador de mudanças qualitativas nas relações capital/trabalho.² É o caso da aplicação de técnicas japonesas do tipo Kanban, "just-in-time", Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), ou de técnicas de administração "holistas", "participativas", etc. Sem sombra de dúvida, trata-se de práticas mais civilizadas, que exigem novos comportamentos patronais e operários. Porém, independentemente do caráter controverso dessas estratégias patronais,³ o que realmente deve ser considerado é a limitada implementação dessas mudanças. A grande maioria das empresas continua regida pelos princípios tayloristas e fordistas embrutecedores.

Talvez mais relevante que a adoção de novas formas de organização do trabalho e de gestão da força de trabalho é a estratégia de relocação espacial. A instalação de grandes unidades produtivas em zonas de baixa concentração populacional, ou mesmo em zonas rurais sem tradições sindicais e, de preferência, sem a presença da CUT, está associada à utilização da subcontratação e do trabalho informal a domicílio, com efeitos devastadores para a ação sindical.

Com relação à ação patronal, cabe destacar, ainda, o reforço crescente da participação empresarial nas entidades associativas. A FIERGS superou a dissensão surgida por ocasião da eleição do seu último presidente e vem ampliando seu poder de articulação e de assessoramento técnico às entidades de primeiro grau. No setor comercial, a propulsão de Cesar Rogério Valente à presidência da entidade nacional não ocasionou vácuo do poder. Ao contrário, a FEDERASUL ficou reforçada pelo engajamento de novos dirigentes. O poder patronal nos demais setores é exercido de forma mais discreta, mas não menos eficiente. Na década passada, registrou-se o aparecimento de novas entidades (o Instituto Liberal e, muito especialmente, o Instituto de Estudos Empresariais) com crescente presença na cena política. Ao contrário do que ocorre em vários segmentos da sociedade civil, marcada por uma certa desagregação e desengajamento da ação coletiva, o empresariado vem reforçando seu poder pelo associativismo e pela participação ampliada.

² Ver Almeida, coord. (1990, v.3) e também a bibliografia indicada.

³ Ver, por exemplo, Albuquerque (1987).

Movimento sindical dos trabalhadores

Apesar dos rápidos avanços do "novo sindicalismo" a partir de 1978, o movimento sindical não conseguiu libertar-se da herança corporativa. Burocracia, assistencialismo, dependência do imposto arrecadado pelo Estado permaneceram como obstáculos ao resgate das autênticas funções sindicais. A fragmentação e a multiplicação dos sindicatos (UFRGS, s.d.) não foram estancadas, mas, ao contrário, foram ampliadas após a Constituinte. O corporativismo forçando a ação imediatista e o isolamento das categorias permanece como elemento fragilizador das lutas dos trabalhadores.

Um grande esforço de renovação das práticas sindicais foi desenvolvido pelas "oposições sindicais" (Rech, 1987) e pela renovação de diretorias que passaram a atuar de forma mais combativa. O fato mais importante, sem sombra de dúvida, foi o surgimento da CUT em 1983 e seu lento, porém seguro, crescimento. Em meados de 1990, a Central aglutinava 90 sindicatos combativos, estruturados em oito regionais (FASE, 1990). A CGT permaneceu limitada ao envolvimento de poucos dirigentes, sem chegar a institucionalizar sua presença no Estado.

Diferentemente dos dirigentes patronais, as lideranças sindicais operárias invariavelmente provocam um vácuo de poder com sua ascensão para cargos superiores ou para outras atividades. O deslocamento de importantes dirigentes de trabalhadores para a esfera parlamentar ou mesmo para o exercício do Poder Executivo é realizado sem que surjam substitutos com prestígio e qualificações equivalentes.

De modo geral, a maioria dos sindicatos vem enfrentando uma defecção na participação da categoria e mesmo o desengajamento de seus ativistas. Trata-se de um fenômeno que se repete em todo o mundo ocidental, de crise da ação coletiva nas instituições tradicionais. Embora seja um fenômeno provisório, seu impacto sobre a ação sindical no caso brasileiro tem consequências da maior gravidade.

As relações capital/trabalho

A orientação geral do Governo Collor é mais um dos paradoxos brasileiros: o liberalismo imposto pela via estatal! Apesar do caráter contraditório dessa política, ela indica novas perspectivas para as relações trabalhistas: negociação direta, regulamentação profissional pelo mercado, etc. No mesmo sentido, a nova Constituição assegura o

fim da intervenção do Estado nos sindicatos e amplas possibilidades de autonomia organizativa (Silva, 1990). Foram parcialmente atendidas algumas reivindicações dos trabalhadores, mas são poucas as iniciativas realmente inovadoras e as perspectivas de avanços sociais.

Podemos indicar sinteticamente as dificuldades que tornam a correlação de forças entre capital e trabalho desfavorável a este último:

- o quadro recessivo e inflacionário que se prolonga há anos dificulta os esforços de recuperação salarial. Greves dificultosas, por vezes, permitem a obtenção de ganhos neutralizados em dois ou três meses, devido à alta inflação. Por outro lado, a massa de desempregados e subempregados joga seu papel clássico, pressionando para baixo o valor da força de trabalho;
- a herança corporativa faz-se continuamente presente. Mesmo com o anúncio do fim do imposto sindical, a maioria dos sindicatos não montou estratégias de autonomia financeira e procura, ao contrário, negociar a imposição do Fundo Confederativo para assegurar a sua sobrevivência e a manutenção de inúteis entidades de 2º e 3º graus. O caminho da servidão continua a ser trilhado (Rodrigues, 1990, p.46-76);
- nos anos 90, amplia-se de forma avassaladora a crise da ação coletiva. O descrédito das instituições, como os partidos e os sindicatos, é crescente. A desagregação social reforçada pelo individualismo exacerbado e pelas transformações na composição da classe trabalhadora torna a estrutura sindical brasileira totalmente anacrônica. O caso mais patente é o dos profissionais liberais. Entretanto não estão ocorrendo tentativas de reorganização institucional. Os sindicatos permanecem querendo enquadrar a nova realidade aos moldes reacionários do corporativismo já cinquentenário. No Rio Grande do Sul, existe apenas uma tentativa de reorganização sindical por ramo de produção (Sindicato dos Trabalhadores do Fumo);
- até meados da década de 80, os empresários, acomodados com a tutela estatal, eram surpreendidos pela combatividade e pela preparação técnica e política do "novo sindicalismo". Mas aos poucos foram recuperando a capacidade de iniciativa e investiram firmemente em assessorias e consultorias especializadas. As empresas maiores passaram a contar com o trabalho de nomes como os de Júlio Lobos (Lobos, s.d.; 1988) e José Pastore para orientação estratégica em negociações mais complexas. As entidades de classe atuam desde o final dos anos 80 com quadros qualifi-

cados e com assessores em várias áreas (Justiça do Trabalho, economia, recursos humanos, etc.). Enquanto um sindicato de trabalhadores conta, eventualmente, com um técnico do DIEESE ou com o apoio da CUT, o sindicato patronal tem o respaldo da superestrutura da FIERGS ou de outra entidade;

- a onda liberalizante reedita uma tradicional prática das elites brasileiras: o emprego de um discurso liberal e de uma "praxis" autoritária.⁴ No discurso público, o empresariado apresenta sua profissão de fé nos princípios liberais e especialmente sua adesão à prática da livre negociação. No enfrentamento com os sindicatos, escudam-se com dispositivos legais anacrônicos, negam reivindicações de garantias sindicais elementares e, por fim, jogam o conflito para julgamento da Justiça do Trabalho. No **Fórum de Relações do Trabalho**, promovido pela Sociedade dos Administradores do RS, em outubro de 1990, dirigentes operários deram depoimentos sobre as condições reais das negociações diretas no Rio Grande do Sul. Face a esses relatos estarrecedores, o discurso liberal corresponde à realidade tanto quanto a estória da Cinderela.

O afã de dificultar as atividades sindicais é permanente. Podemos citar um exemplo entre inúmeros outros. Uma importante rede de comunicação, arauto um pouco a contragosto do liberalismo no Estado, chega ao ponto de proibir a entrada nos locais de trabalho do presidente do sindicato de uma das categorias de seus funcionários. Os constrangimentos à ação sindical somam-se à posição de total intransigência com negociações visando à recuperação de perdas salariais ou a avanços sociais mínimos (Nunez, 1990).

Essas e outras questões compõem um quadro crescentemente adverso aos interesses dos trabalhadores. A necessária reversão dessa situação é perfeitamente possível com o resgate das funções históricas do sindicalismo e da legitimidade da ação coletiva. Nesse sentido, o principal desafio não é o comportamento empresarial, mas, sim, a autonomia sindical. Os trabalhadores não podem depender da manutenção da organização corporativa e, menos ainda, da tutela estatal para avançar socialmente. Os trabalhadores gaúchos têm demonstrado, nos últimos anos, um alto grau de maturidade e combatividade. Frente às dificuldades apontadas, esse comportamento não chega a se sobressair da média na-

⁴ Ver, por exemplo, Santos (1978); Trindade (1985).

cional. Formação e qualificação dos quadros, unificação de entidades e das lutas na busca da autonomia são os caminhos obrigatórios para alterar a atual correlação de forças. Menos que questões locais, esses são desafios para todo o movimento sindical brasileiro.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, P. P. (1987). **CCOs: a interface das comissões de fábrica**. Porto Alegre, PUC. (Dissertação de Mestrado).
- ALMEIDA, Pedro Fernando da Cunha de, coord. (1990). **A economia gaucha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre, FEE. v.3.
- BACHA, E. & KLEIN, H. (1986). **A transição incompleta**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2v.
- CATTANI, a. d. (1990). **Brasil anos 90. qual modernidade?** Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura.
- FASE (1990). **Dignóstico sindical**. Porto Alegre, CUT. (mimeo).
- GROS, Denise Barbosa (1987). **Burguesia industrial gaucha e o estado nacional 1964-1978**. Porto Alegre, FEE. (Teses, 12).
- JORNADA, Maria Isabel Herz da (1989). Os industriais gauchos e a política salarial: por quem os sinos dobram. **Ensaio FEE**. Porto Alegre. **10(1):47-72**.
- LOBOS, j. (S.D.). **Manual de guerrilha trabalhista**. São Paulo, Ed. do Autor.
- (1988). **Sindicalismo e negociação**. 3.ed. Rio de Janeiro, Jose Olympio.
- NUNEZ, T. (1990). Movimentação grevista e sindicalismo. In: CATTANI, A, org. **Sindicalismo: ação-reflexão**. Caxias do Sul, EDUCS.
- PESAVENTO, S. (1988). **A burguesia gaucha: dominação do capital e disciplina do trabalho 1889-1930**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- RECH, H. (1987). **O novo sindicalismo**. Porto Alegre, UFRGS/PPGS. (Dissertação de Mestrado).

RELATORIO SOBRE A SITUAÇÃO SOCIAL DO PAIS 1987/1989 (1988/1990).
Campinas, UNICAMP.

RODRIGUES, L. M. (1990). **Partidos e sindicatos**. São Paulo, Atica.
p.46-76.

SANTOS, W. G. (1978). **Ordem burguesa e liberalismo politico**. São
Paulo, Duas cidades.

SILVA, w. g. (1990). **Pluralismo sindical na nova constituição**. Belo
Horizonte, Del'Rey.

TRINDADE, h. (1985). Bases da democracia brasileira: logica liberal e
praxis autoritária. In: ROUQUIE, A., org. **Como renascem as
democracias**. São Paulo, Brasiliense.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (s.d.). **Mapeamento da
estrutura sindical so RS**. Porto Alegre, CDS/PPGS. (mimeo).